

REFLEXÕES EM TÔRNO DOS PROBLEMAS DA INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL

ISAAC KERSTENETZKY *

e

JULIAN M. CHACEL **

I – INTRODUÇÃO

Pretendemos com êste escrito examinar, ainda que em forma sintética, algumas questões ligadas aos problemas da investigação econômica no Brasil. O modo pelo qual processamos êste exame reflete uma experiência pessoal vivida, sobretudo, no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Como tal, não poderia estar inteiramente isenta de juízos de valor.

Para maior alcance dêste documento de trabalho, desejaríamos ter podido enriquecê-lo com um inventário das investigações que estão em curso nas várias instituições do país. A limitação de prazo para a redação dêste texto não nos permitiu, contudo, a realização dêsse levantamento em tempo útil. Por isso, restringimo-nos a apresentar, em anexo, o organograma do nosso próprio Instituto e uma lista de projetos nêle executados mais recentemente. Acreditamos que assim fica o leitor habilitado a ajuizar sôbre as possíveis atribuições ou área de competência de um Instituto de economia.

O texto foi estruturado em quatro partes. Na primeira parte, damos nossa visão sôbre quais devam ser os rumos da investigação em nosso país. A parte segunda oferece um elenco de oportunidades para pesquisa e projetos de investigação econômica que consideramos como prioritários. A terceira parte põe em evidência problemas operacionais de um Centro

* Do Instituto Brasileiro de Economia da F.G.V.

** Do Instituto Brasileiro de Economia da F.G.V.

de Investigação Econômica. A quarta e última parte apresenta algumas sugestões para a melhoria da eficiência e do nível dos trabalhos no campo aqui focalizado.

1. RUMOS DA INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA

De início queremos pôr em evidência nossa posição em relação a investigações de natureza empírica. A nosso ver, seria inadequado atribuir grande importância à teorização pura no contexto cultural brasileiro. Na verdade, os grandes avanços puramente teóricos no campo das ciências sociais resultam muito mais dos esforços de indivíduos isolados do que de uma atividade orgânicamente estruturada. Ademais, a investigação empírica constitui a forma de adaptar a teorização exógena a uma realidade própria, ao invés de rechaçá-la *in limine* e sem maiores verificações. Duas linhas de ação poderiam ser desenvolvidas para definir a orientação das investigações de caráter empírico:

- a) ensaios de interpretação do processo de desenvolvimento brasileiro, e
- b) trabalhos destinados diretamente a fundamentar, em forma objetiva, a formulação de políticas econômicas.

A nosso ver, a primeira linha de ação justifica-se pela impossibilidade de realizar uma interpretação histórica satisfatória como fruto de uma ação exclusivamente individual. O autor, que se lança a tal empresa, esbarra com duas enormes dificuldades: o caráter não sistemático das informações quantitativas de base e o limitado acervo de trabalhos que lhe sirvam de fundamento. Além disso, a interpretação histórica de um processo de desenvolvimento necessita ter caráter interdisciplinar e, como tal, só poderá resultar de um esforço coordenado de um grupo de analistas com diferentes capacitações. Em si, esta linha de ação aqui sugerida, pela sua dimensão e importância, poderia constituir-se num projeto de investigação, talvez o mais ambicioso até hoje tentado no País.

Provavelmente a fundamentação objetiva da tomada de decisão dos agentes econômicos é o problema crucial da hora. Tanto nas esferas governamentais como no setor empresarial, assiste-se, na maior parte do tempo, à formulação de políticas puramente qualitativas. A fundamentação das decisões freqüentes reside ou na doutrina recebida, ou em extrapolações pouco válidas de experiências pessoais. Os colegiados da esfera governamental e os conselhos-diretores das sociedades anônimas desconhecem, muitas vezes, até mesmo vagas indicações de tendência sobre o fenômeno em relação ao qual lhes cumpre decidir. Dêsse modo, a linha programática por nós sugerida acentua a importância das investigações de tipo quantitativo, para permitir que da fusão das duas formas de fundamentação de políticas surjam critérios mais efetivos do que os hoje exis-

tentes, êstes centrados num número limitado de indicadores de validade restrita.* O conjunto de trabalhos de investigação de cuja natureza a lista subsequente é apenas uma amostra, deve orientar-se para suprir necessidades expressas ao nível das três esferas de Governo, das instituições financeiras nacionais e internacionais e agências de desenvolvimento, bem como de ramos estratégicos do setor empresarial. Em suma, essas investigações, para terem caráter pragmático, devem servir para a fundamentação de decisões-macro que são as que, tomadas por agentes econômicos, em forma unilateral, produzem efeitos notáveis sobre a economia como um todo.

2. PROPOSTA PARA UMA LISTA PRIORITARIA DE INVESTIGAÇÕES

Ao propor a lista de projetos seguintes, temos em mente classificá-los em projetos de natureza interdisciplinar, nos quais se confere aos economistas um papel de liderança e projetos da competência mais restrita de economistas e estatísticos.

A — Possíveis projetos de natureza interdisciplinar

i) *Elaboração de uma história econômica do País.*

Êste projeto abrangeria a sistematização de tôdas as informações disponíveis e a tentativa de interpretá-las, à luz de uma visão integrada pela história, economia, sociologia, etc.

ii) *Estudos das resistências a medidas inovadoras na política econômica.*

Êste projeto teria como objetivo medir as reações de grupos de pressão às mudanças intentadas na política econômica; poderia constituir-se num estudo de casos: Reforma Agrária, Política de Estabilização, Legislação Fiscal, etc.

iii) *Análise do comportamento do empresário brasileiro.*

Este projeto conteria estudos de motivação, exame descritivo dos processos de tomada de decisão, indagação sobre as reações à política econômica do Governo, etc.

* Note-se, por exemplo, a importância, a nosso ver desmesurada, que as autoridades governamentais atribuem a certos índices de preços, servindo-se deles para configurar uma situação em termos nacionais. Provavelmente a limitada oferta de informações quantitativas é que torna os condutores da política econômica do Governo hiper-sensíveis a êsses índices de preços.

B — *Projetos de natureza especificamente econômica*

i) *Melhoria do sistema de informações estatísticas.*

Em relação a este projeto, o objetivo seria a adaptação das informações quantitativas a determinados esquemas conceituais. Essa adaptação tem como condição inicial a melhoria dos processos estatísticos de coleta e apuração. Três linhas de atividade poderiam ser consideradas sob estes tópicos:

- (a) preparação de contas regionais
- (b) elaboração de tabelas do *input-output*
- (c) estudos de critérios para a homogeneização das economias regionais.

ii) *A construção de modelos econométricos.*

Este projeto seria constituído pelo preparo de um modelo de simulação do desenvolvimento e da política econômica.

iii) *Estudos relativos a recursos humanos.*

Este estudo pode ser orientado no sentido de levantamentos e análise do estoque de recursos humanos face à evolução futura provável da economia brasileira.

iv) *Produtividade do capital estrangeiro.*

Este projeto se constituiria num estudo das repercussões diretas e indiretas do controle estrangeiro na economia brasileira e o seu impacto sobre o balanço de pagamentos.

v) *Estudo sobre funções de produção de diferentes culturas agrícolas, em diferentes regiões.*

Um projeto desse tipo permitiria determinar para certas zonas e áreas, a dimensão ótima dos estabelecimentos agrícolas ou medir a elasticidade da produtividade de certas variáveis dependentes.

vi) *Estudo sobre a localização das atividades industriais.*

Este projeto teria como objetivo, dentro do processo de industrialização do País, considerar não só a localização das indústrias em relação às fontes de suprimento e mercados

como em termos de geração de novas oportunidades de emprego e de taxa futura de crescimento da economia.

Para pôr em evidência o pragmatismo dessas escolhas, gostaríamos de assinalar que as três linhas de trabalho ligadas à melhoria das informações estatísticas representam projetos de grande utilidade para a fundamentação de planos de desenvolvimento regional e para o controle de sua execução. Os modelos econométricos permitem melhor apreender a ação recíproca entre as variáveis demográficas e econômicas, que tem utilidade no exame dos efeitos do crescimento populacional e da intensificação da vida urbana sobre a estrutura de consumo, oferta, mão-de-obra, etc.

Os estudos sobre funções de produção na agricultura podem servir como subsídio para a definição da área prioritária da reforma agrária ou para dar critérios objetivos a uma política de garantia de preços mínimos.

3 — ASPECTOS OPERACIONAIS DE UM CENTRO DE INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA.

A nossa experiência indica que, no ambiente brasileiro, um Centro de Investigação tende a atuar em duas linhas distintas de atividade: a manutenção de serviços contínuos e a realização de projetos específicos.

Os serviços de natureza permanente decorrem, sobretudo, de um papel que os institutos de economia são obrigados a manter no domínio da estatística econômica, dada a insuficiência quantitativa e qualitativa das estatísticas da área de atribuições dos Governos Federal e Estaduais. Não é por outro motivo que diversos centros de investigação deram início e seus trabalhos neste País através da elaboração de índices regionais de preços. *

Tais serviços de natureza permanente exigem, como é óbvio, uma investigação de base periódica, mas, no intermédio, as atividades deles decorrentes assumem caráter puramente rotineiro. Por conseguinte, são os projetos específicos de investigação que representam maior estímulo à imaginação e ao engenho dos pesquisadores, porque sendo de maior profundidade analítica é nêles que está contido o germe da renovação intelectual.

Do ponto de vista do funcionamento de uma instituição de investigação econômica, podemos, em forma de tópicos, arrolar as questões que, a nosso ver, configuram a parte mais importante dessa pragmática. Trataremos, assim, da perspectiva de tempo, da dimensão e organicidade,

* Este é, por exemplo, o caso do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul e poderá vir a ser o caso do Instituto que pretendem criar no Espírito Santo.

do elemento humano, do intercâmbio de experiências e das questões de financiamento.

a) *perspectiva de tempo*

É nossa impressão que um dos problemas que mais afligem os centros de investigação econômica reside na dimensão do tempo concedido para empreender esta ou aquela indagação ou verificação. Em outras palavras, existe em matéria de investigação econômica um evidente conflito entre a necessidade e a natureza dos trabalhos e prazos de execução. A ansiedade e avidez por informações de natureza econômica impedem muitas vezes a investigação séria e penetrante, porque os resultados têm de ser produzidos em tempo muito curto. Podemos dizer aqui que, na vida dos centros de investigação econômica, existe um conflito entre o *short-run* e o *long-run*. Não é por outra razão que as instituições, organizações e departamentos criados dentro da máquina do Governo Federal para a investigação econômica descumprem quase sempre suas finalidades, que ficam, em sua ação, condicionadas pela premência no plano dos problemas da hora.

Há, assim, um comportamento em relação às investigações econômicas que é impeditivo da realização de trabalhos básicos. E é preciso não esquecer que somente os resultados das investigações de grande fôlego são os que representam uma justificativa real para a aplicação de mais recursos em pesquisa.

b) *Dimensão e organicidade*

De acordo com a nossa experiência, num centro qualquer de investigações econômicas, não deveria ter menos de dez profissionais de formação técnica-superior, em regime de tempo integral. Em nosso Instituto, que começa a assumir hoje dimensões nacionais, o número desses profissionais atinge no momento a casa dos 60 * e a relação pessoal de formação técnica-secretariado é de um para dois.

Nem sempre é conveniente predeterminar rigidamente, na instalação de um centro de investigação econômica, as suas atribuições; especialmente quando há limitação de recursos, o desenvolvimento e a expansão desses centros no sentido de uma departamentalização melhor definida pode e deve surgir como uma seqüência de projetos específicos que forneçam a fundamentação factual e a justificativa para a adoção de rotinas permanentes.

É importante também que, ao dar forma orgânica a uma instituição, seus fins não sejam desvirtuados. Existem casos de Institutos de pesquisa criados dentro das Universidades, que começaram suas atividades

* Incluído o número de novas admissões recentemente autorizadas.

com níveis de aspirações bem altos, mas que bem cedo tiveram suas atividades frustradas pela rigidez institucional, constituindo-se em alguns casos apenas num instrumento de suplementação salarial de professores e pesquisadores.

c) *O elemento humano*

Parece-nos indispensável que, além de um treinamento básico de bom nível, o elemento humano dos institutos de economia exerça sua atividade em regime de tempo integral. Nada há que exija maior constância que um trabalho de investigação. E, se no quadro técnico de um instituto de economia há uma elevada percentagem de indivíduos com atividade de tempo parcial, os trabalhos ficam seriamente comprometidos. Note-se que em muitos institutos o conceito de tempo integral é puramente formal. Seus técnicos estão presentes em suas salas de trabalho durante um horário contínuo e prolongado, mas as múltiplas solicitações advindas de fora do instituto a que estão sujeitos fazem com que, na verdade, haja um permanente deslocamento de sua atenção de um campo de interesse para outro, com evidente prejuízo de sua atividade principal. Em nosso próprio Instituto sentimos a existência de problemas dessa natureza. Ainda que seja desejável para os elementos de um instituto de economia a combinação entre investigação econômica e ensino, é preciso, numa conciliação das duas atividades, chegar a uma dosagem ideal. Por vezes, uma excessiva solicitação do lado do ensino, perturba a boa seqüência de um projeto de investigação.

Provavelmente, a origem de alguns dos males acima apontados reside nos níveis comparativamente baixos de remuneração ou na inflexibilidade dos critérios de pagamento. O baixo nível de remuneração de pessoal qualificado explica-se pelo fato de os centros de investigação serem de um modo geral repartições do Governo ou viverem à sombra do amparo oficial. De sorte que os padrões de remuneração são fixados em termos de um serviço público, em que o gigantismo dos quadros de pessoal é uma fórmula para disfarçar o desemprego de categorias profissionais sem maiores habilitações. Daí a fuga a um tempo integral efetivo. O problema subsiste, embora às vezes sob outra forma, ainda quando o Instituto pode contar com recursos adicionais decorrentes de contratos ou de recebimento de doações. Em princípio, essas formas de financiamento adicional deveriam libertar os institutos do constrangimento salarial que lhes é imposto, por serem parte de uma estrutura mais ampla. Mas, se esses recursos não são utilizados para um reforço de sua caixa geral e sim atribuídos a projetos específicos (e é natural que assim aconteça em casos de contratos); terminam por resultar numa diferenciação salarial entre indivíduos de igual capacidade profissional, tudo dependendo desses estarem engajados em atividades financiadas por recursos normais ou fundos especiais de investigação. E é evidente que esta diferen-

ciação de origem aleatória gera dificuldades de relações humanas entre a direção e os técnicos, ou entre os próprios técnicos.

d) *O intercâmbio infreqüente de experiências*

Chama a atenção do observador o regime de compartimentação quase estanque em que vivem os institutos de economia. Há muito pouco contato institucionalmente provocado e o conhecimento de trabalhos, programados ou em curso de execução, num Instituto, por elementos de outro centro, resulta quase sempre de um conhecimento pessoal. Este isolamento em que vivem os institutos impede a realização de investigações de maior porte, para os quais seria necessária a conjugação e a complementação de esforços regionais. Parece existir entre essas instituições uma mentalidade competitiva, quando há lugar para todos num país ávido por investigações empíricas conduzidas seriamente e sem duplicação.

Vale, neste ponto lembrar, que o Instituto Brasileiro de Economia prestou, há vários anos, assistência a um centro de investigação econômica no Sul do País para a instalação dos serviços rotineiros da construção de índices de preços. Quando, mais tarde, se desejou empreender uma pesquisa de orçamentos familiares de caráter quase nacional, esperando uma natural retribuição, o Instituto Brasileiro de Economia recorreu a esse centro para cobrir uma cidade ao seu alcance. Não obteve, contudo, a cooperação desejada, porque esta teria que ser dada segundo os termos da instituição regional. Ora, não seria possível aceitar uma orientação metodológica específica para uma investigação que se destinava a cobrir uma vasta área do país e que, por isso mesmo, teria que fundamentar-se num critério comum, nem sempre inteiramente coincidente com o interesse puramente regional.

Em contraste com esse tipo de comportamento, é preciso dizer que, sobretudo no domínio da economia agrícola, tem sido experiência do nosso Instituto a feitura de trabalhos que só poderiam ser realizados com o valioso apoio de centros regionais. Este é especialmente o caso da Divisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, que em duas ocasiões nos ajudou no planejamento de trabalhos de campo e preenchimento de questionários. Só esta mentalidade mais aberta favorece a cooperação interregional dos centros de investigação econômica.

Também merece registro a absoluta falta de contato entre os departamentos econômicos e os centros de investigação da área Governamental e para-governamental, com os departamentos de pesquisa econômica mantidos pelas associações de classe patronal ou algumas das grandes indústrias. Acreditamos que uma troca de experiências no domínio da investigação econômica entre "setor público" e "setor privado", conduziria a um conhecimento muito mais seguro dos fenômenos da produção e consumo no País.

e) *Problemas de financiamento*

Estes estão em grande parte na origem das dificuldades de arregimentação de pessoal. Há hoje duas fontes de financiamento de investigação econômica: os recursos governamentais e o financiamento externo de origem oficial ou privada.

A primeira fonte de recursos traz em si um conteúdo de inflexibilidade salarial quando os trabalhos de investigação são feitos dentro do próprio Governo ou quando, como é o caso do nosso Instituto, impõem-se-lhe, por analogia, êsses padrões de salários governamentais. A segunda fonte é necessariamente de natureza episódica. Porque êsse financiamento pode ser descontinuado a qualquer momento, há sempre por parte dos institutos o temor de expandir em demasia sua infra-estrutura de serviço. A resposta aos problemas de financiamento talvez pudesse residir no setor privado, que até hoje tem demonstrado pequena sensibilidade para a importância da investigação econômica quando esta não tem fins imediatistas. Os centros de investigação econômica são frequentemente solicitados para a realização de trabalhos que, financiados por associação de produtores ou grandes empresas, destinam-se a fundamentar seus pontos de vista para reivindicações junto ao Governo. Mas, dificilmente se obtêm recursos para a realização de projetos próprios dentro de um horizonte mais amplo e que não obrigue a ter programas de trabalho elaborados em forma reflexa.

4. SUGESTÕES PARA A MELHORIA DO NÍVEL DOS TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO

No campo da assistência técnica, a investigação econômica pode ser melhorada, tanto fazendo vir professores e pesquisadores do exterior, como deslocando pessoal dos centros mais avançados, ou com tradição já firmada, para os centros de investigação mais modestos ou em formação. É claro que por assistência técnica entende-se, no caso, a permanência do especialista estrangeiro, ou do pesquisador nacional mais experiente, num centro de investigação durante um período razoável de tempo. Deve-se evitar que a assistência se identifique com o que tem sido até agora a habitual *tournee* de conferências que servem muito ao turismo, mas pouco adiantam à instituição visitada. É, portanto, indispensável que essa assistência técnica signifique a integração do investigador, cujos serviços foram solicitados, num projeto de interesse direto da instituição recipiente dessa assistência. É necessário, sobretudo, que haja, por parte dos elementos que ministram essa assistência, a preocupação fundamental de "formar uma escola" para deixar seguidores e uma experiência atrás de si. Sem isto, a assistência técnica passa a ser apenas um episódio na vida de um centro de investigação e, por isso mesmo perde a razão de ser.

Para melhorar a capacidade competitiva dos centros de investigação econômica nos mercados de trabalho de economistas e estatísticos, é

óbvio que se fazem necessários recursos financeiros que possam ser utilizados com maior latitude de decisão pela direção desses centros. A fim de garantir essa flexibilidade, seria desejável que, sempre que possível, esses recursos fossem concedidos em função da aprovação *em bloco* de um programa de pesquisas ao invés de predeterminar seu emprêgo neste ou naquele projeto. A idéia seria a da submissão a uma eventual entidade financiadora de um *parckage proposal* de estudos e pesquisas. Esta seria, a nosso ver, uma forma de evitar dificuldades nas relações entre a direção de um centro e o seu pessoal técnico, porque um determinado projeto goza de um financiamento específico e permite remunerar mais ao economista A, que nele está engajado, do que ao economista B, de igual qualificação e que está ocupado em outro projeto ou rotina de investigação, que não dispõe de financiamento tão liberal.

A fim de solucionar a questão da ausência de contato entre as instituições que cuidam da investigação econômica, poder-se-ia pensar em realizar, anualmente, uma reunião que congregasse os elementos de direção e principais pesquisadores desses centros numa troca de experiências e informações. Seria conveniente que através desse tipo de reunião se incorporassem, ao convívio dos pesquisadores da área governamental, os elementos do setor privado que cuidam da investigação econômica por conta das grandes empresas. Como consequência dessas reuniões, poder-se-ia pensar em adotar um boletim trimestral, de feitura singela, no qual se desse conta dos progressos dos trabalhos em curso de realização em cada um dos centros de investigação cujos membros participassem da reunião anual aqui sugerida.*

Finalmente, dentro da idéia de maior flexibilidade operacional, seria desejável que a investigação econômica no Brasil pudesse contar com recursos para o envio de pesquisadores ao exterior para estagiarem em centros de investigação mais dianteados e, sobretudo, examinarem o tratamento dado nesses centros a problemas específicos.

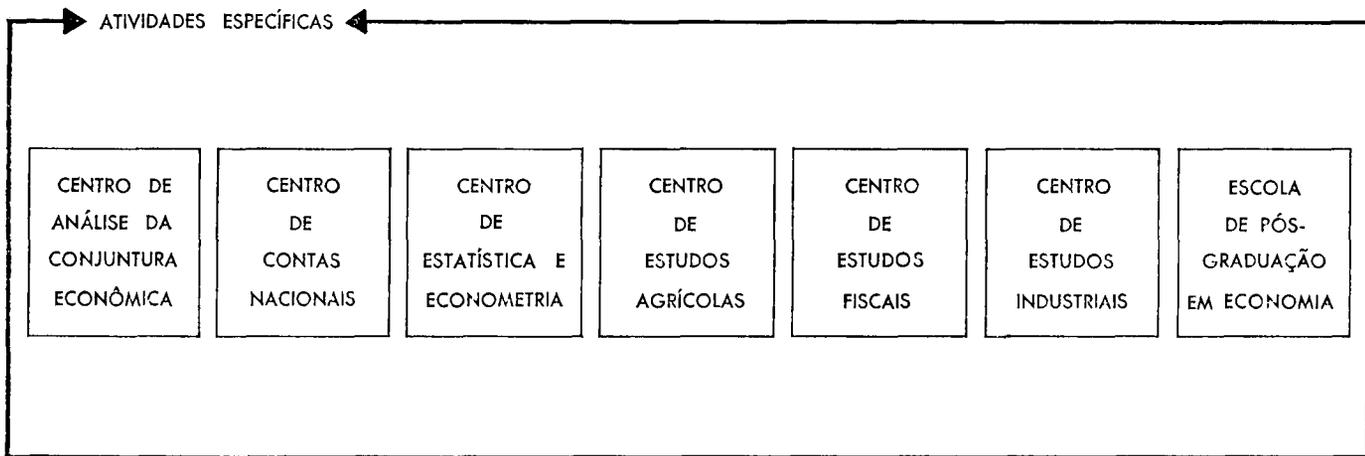
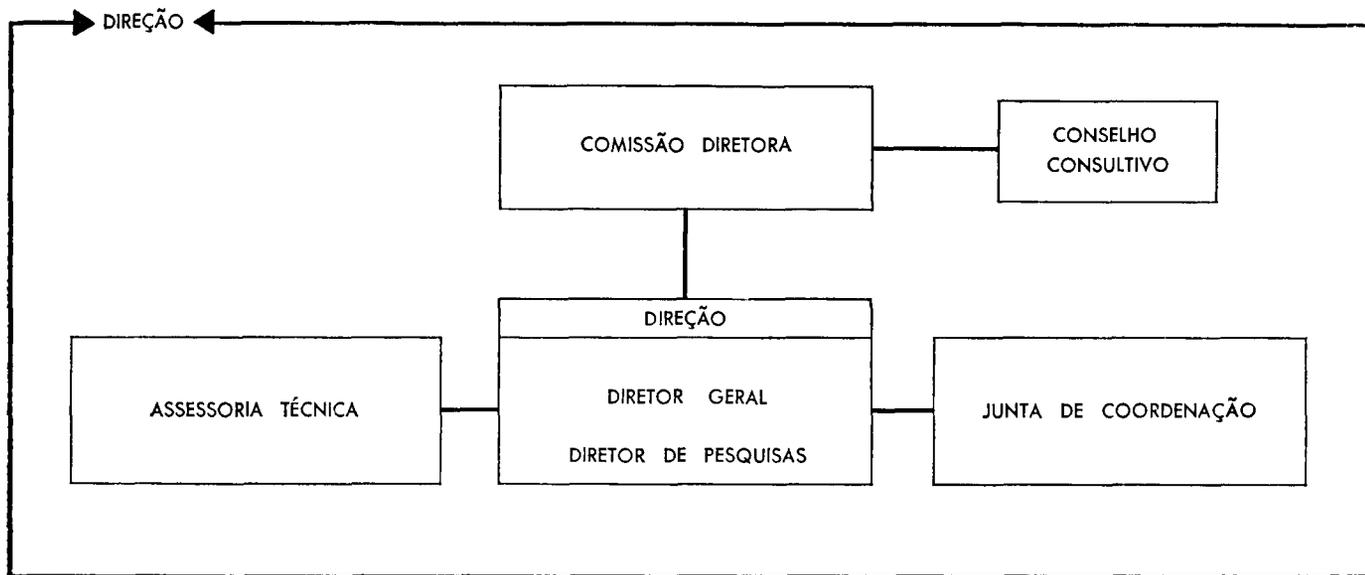
LISTAS DOS PRINCIPAIS PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO REALIZADOS NO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

A PARTIR DE 1960

1 — INVESTIGAÇÃO SOBRE ORÇAMENTOS FAMILIARES URBANOS

Este projeto resultou num levantamento por amostragem das estruturas de consumo em oito capitais estaduais e quarenta e oito cidades do interior do Brasil. É uma investigação de propósitos múltiplos: deter-

* Em suma: tanto no que se refere à idéia da reunião entre diretores e pesquisadores de institutos e centros de investigação, como na edição do boletim trimestral a providência sugerida consiste em passar para o plano nacional o que a OECD vem fazendo no plano internacional.



minação da função-consumo, medidas dos coeficientes de Engel, determinação das elasticidades-renda de demanda, fornecimento de um sistema de ponderação para melhores índices de custo de vida, etc.

2 – PROJEÇÕES DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Esta investigação orientou-se no sentido de determinar os níveis futuros da oferta e demanda de 18 produtos agrícolas, em 1970 e 1975. O projeto combinou um modelo de crescimento da economia brasileira e projeções de população com os resultados de investigações especiais de campo feitas tanto do lado da oferta (explorações rurais) como do lado da demanda (orçamentos familiares rurais e urbanos). Em última análise, o projeto forneceu uma idéia das necessidades de importação e disponibilidades futuras de exportação de certos produtos agrícolas, dentro de um quadro de hipóteses iniciais restritivas.

3 – ESTUDO SÔBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NAS PRINCIPAIS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DO MERCADO INTERNO

Este projeto abrange 100 explorações rurais localizadas em 7 áreas do País onde é especialmente intenso o cultivo ou a exploração de arroz, milho, mandioca, gado, etc. O exame das condições das explorações visitadas pretendeu fornecer indicações sôbre as flutuações observadas na produtividade de cada cultivo nessas diversas áreas.

4 – INVESTIGAÇÃO SÔBRE OS CUSTOS DA PRODUÇÃO NA LAVOURA CANAVIEIRA

Este projeto destinou-se a dar à Federação dos Plantadores de Cana no Brasil elementos objetivos para debater o plano de safras, no Instituto do Açúcar e do Alcool. Abrangeu uma amostra de 700 fundos agrícolas pertencentes a fornecedores de cana em tôdas as áreas canavieiras do País, com exceção do Estado do Paraná. Chegou-se à determinação de uma estrutura física de custos, à qual se aplica os preços dos fatores de produção para se conhecer o custo médio de uma tonelada da cana, em cada área investigada.

5 – INVESTIGAÇÃO SÔBRE A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO BRASIL

Este projeto, fundamentado num painel de cêrca de 140 empresas, pretendeu conhecer o estado atual da indústria de alimentos no País, estimar a variação das componentes da procura de bens alimentares, estu-

dar a estrutura do consumo de alimentos industrializados e analisar as condições de suprimento de matéria-prima para a indústria.

6 – ESTUDO SÔBRE O PROCESSO ORÇAMENTARIO BRASILEIRO E ANÁLISE DAS DESPESAS GOVERNAMENTAIS

(em curso de execução).

Estes dois projetos de natureza fiscal pretendem, o primeiro, registrar em forma histórica as modificações havidas na sistemática da elaboração do Orçamento Federal e, o segundo, verificar até que ponto a despesa consolidada do govêrno corresponde a gastos compatíveis com os objetivos do desenvolvimento econômico.

Os projetos aqui arrolados não significam uma lista exaustiva dos trabalhos realizados no Instituto Brasileiro de Economia. São os projetos mais importantes, em termos de pessoal nêle absorvido e tempo requerido para a sua execução. De um modo geral, o tempo médio utilizado em cada um dêsses projetos foi sempre superior a dois anos.

DEBATES

Abertos os debates sôbre o documento referente à pesquisa econômica, o Sr. Burger concordou com a afirmação, feita no mesmo, sôbre a importância dos trabalhos de investigação para a fundamentação objetiva da tomada de decisões dos agentes econômicos. Louvado na sua experiência pessoal, sugeriu que, dada a importância da agricultura para a economia brasileira, na lista de projetos de investigação prioritárias se incluísse um trabalho visando a analisar o comportamento empresarial do agricultor brasileiro. Referiu-se também à questão da “dimensão do tempo” abordada no documento de trabalho, concordando com a afirmação de que o caráter imediatista de certas respostas, para determinados problemas, torna muito difícil para as instituições de investigação econômica realizarem trabalhos com maior profundidade. De um modo geral, houve um consenso unânime de que, em matéria de financiamento de programas de investigação econômica, haveria vantagem, do ponto de vista das instituições de pesquisa, em que as entidades eventualmente financiadoras optassem pela aprovação *em bloco* de tais programas. O Sr. Manoel Orlando Ferreira fêz comentários sôbre a idéia da elaboração de uma história econômica do Brasil como projeto prioritário, dando o seu apoio à relevância dada a êsse projeto no documento em pauta. O Sr. Almeida Magalhães concordou, em linhas gerais, com a lista sugerida de projetos prioritários e assinalou a vantagem que haveria para a efetivação de tais projetos, na eventual contratação de elementos que, embora capacitados para a pesquisa, estão momentaneamente fora de tais instituições. O Sr. Og Leme fêz indagações em tôrno da concepção

do projeto sobre a elaboração de uma história econômica e o Sr. Chacel confessou-se incapacitado, nesse estágio, para detalhar o projeto. Assinalou, contudo, que no seu entender, o projeto seria de caráter interdisciplinar, embora o coordenador do mesmo fôsse um economista, e deveria contar com uma boa dose de "inferência" na reconstituição das séries históricas.

Referindo-se ao problema da falta de comunicação entre as instituições de investigação econômica, o Sr. Velloso assinalou que o EPEA naquele instante fazia um levantamento dos trabalhos de investigação em curso nas diversas instituições de pesquisa no país e que uma cópia do levantamento seria enviada a cada um dos participantes do encontro. A esta altura do debate, o Dr. Carlson mencionou os projetos de investigação de natureza supranacional, que estão sendo ativados com a ajuda financeira da Fundação Ford, e indagou dos presentes se valeria a pena continuar a patrocinar a pesquisa comparativa com outros países da América Latina. Recebeu do Sr. Chacel a resposta de que no seu entender haveria lugar para os dois tipos de investigação: a de interesse estritamente nacional e a de interesse supranacional, porquanto comparativo no quadro latino-americano. A Sra. Maria da Conceição Tavares informou aos presentes que também a CEPAL se interessa pela investigação econômica comparativa, citando, em particular, trabalhos feitos por essa organização no tocante à distribuição da renda com base em orçamentos familiares da Argentina e do Chile. O Sr. Almeida Magalhães foi, contudo, da opinião de que, de momento pelo menos, deve-se dar prioridade aos estudos de interesse nacional e que a investigação comparativa devia ser deixada para um segundo plano. Encerrando os debates sobre os problemas da pesquisa, o Sr. R. Cibotti, alto funcionário da CEPAL, que eventualmente assistia os debates daquela manhã, manifestou seu ponto de vista de que o programa de investigação sugerido no trabalho que estava sendo apreciado representava, na verdade, uma necessidade fundamental para todos os países da área.